

PROGRAMA ELEITORAL — GUILHERME CORTEZ

A vida é para valer a pena. Gente é para ser feliz.

Ninguém nasceu para adoecer em jornadas exaustivas ou se endividar porque o salário não chega ao fim do mês — engolido pelo básico, só para sobreviver. Ficou difícil sobrar tempo e dinheiro para o amor, para o lazer, para fazer o que se gosta. Como sonhar em ter a própria casa se mal dá para pagar um aluguel caríssimo? A gente entra na universidade, mas não sabe se vai conseguir sair, muito menos se, saindo, teremos um emprego digno pela frente ou a chance de conquistar as carreiras com que sonhamos.

As notícias só trazem guerras e colapso climático. Nas redes sociais, o que sobra é ódio, propagandas de bets e a ilusão da vida de celebridades. O mundo está doente, e crescemos tomados pela ansiedade, olhando para o amanhã com receio. Mas o que o sistema mais quer é exatamente isso: que a gente pare de acreditar que outra vida é possível. Querem que a gente se resigne a uma rotina de exploração, violência e desilusão, sem horizontes e sem alegria. Afinal, quando nos roubam a esperança e o orgulho, não resta mais nada.

Eu quero te dizer o contrário: a vida vale a pena, e ela pode ser bonita, livre e feliz. Mas isso depende de a gente recuperar a capacidade de acreditar e de lutar.

Nenhum sistema é invencível. Até os mais poderosos caem quando a maioria se une e se organiza. E nós somos a maioria. Juntos, podemos transformar essa realidade e conquistar o futuro com que sonhamos e que merecemos.

Ao longo dos nossos quatro anos de mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo, aprovamos leis para proteger nossa sociedade e, em especial, os mais vulneráveis dos efeitos das mudanças climáticas, bem como para promover uma educação mais inclusiva; fomos o mandato do país que mais apresentou projetos em defesa da comunidade LGBTI+; enfrentamos e desmascaramos as novas lideranças da extrema-direita nas redes e na opinião pública; estivemos ao lado dos trabalhadores na luta contra as privatizações do governo Tarcísio; e defendemos os consumidores das máfias que corroem nossos direitos.

Temos muito orgulho de todas essas conquistas. Mas entendemos que a atual realidade nos reserva desafios muito maiores. Os últimos quatro anos mostraram que não é possível apenas eleger um governo de esquerda se o Congresso estiver de costas para o povo. Não é possível mais sustentar quatro anos com uma maioria de deputados e senadores que se preocupa apenas em blindar seus privilégios e regalias e impor ao povo trabalhador uma agenda de austeridade, negacionismo e pânico moral.

Por isso, resolvemos aceitar mais esse desafio: disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Quero estar em Brasília compondo um Congresso do povo, e não inimigo dos seus interesses. Abaixo, te apresento algumas das nossas ideias para construir esse novo futuro de esperança, respeito e liberdade. Foram ideias construídas a partir de muitos encontros nas redes, em nossas andanças pelas universidades e municípios do interior e nas lutas que travamos juntos.

O futuro está chegando.

1. Para a vida valer a pena

É preciso colocar o bem-viver, a dignidade, a vida além do trabalho e o direito ao futuro no centro da política econômica e social. A realidade atual é de jornadas de trabalho extenuantes, baixos salários, encarecimento da vida, endividamento das famílias, destruição ambiental e falta de perspectivas para a juventude. Queremos uma vida que valha a pena: em que todos possam prosperar juntos, em que as desigualdades sejam combatidas e não ampliadas, e em que o Estado garanta direitos fundamentais e serviços públicos de qualidade para toda a população.

Chega dessa lógica que submete a vida humana e o meio ambiente à busca insaciável pelo lucro de grandes corporações e bilionários. É hora de agir para melhorar as condições de vida, proteger as famílias do sufocamento financeiro e da violência e tirar a classe trabalhadora da exaustão física e mental impostas pelo capitalismo.

Imagine em Brasília:

1. Aprovação imediata da PEC pelo fim da escala 6x1, com redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas sem redução salarial;
2. Regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e ampliação da tributação sobre lucros e dividendos para aumentar o financiamento da saúde e educação públicas, inovação tecnológica e transição verde;
3. Política nacional de valorização salarial dos servidores públicos acima da inflação, a exemplo da política de valorização do salário mínimo, e instituição de pisos salariais nacionais para as categorias que ainda não os possuem, como assistentes sociais;
4. Mudança da legislação sobre terceirizações, restringindo suas modalidades, e ampliação da proteção trabalhista aos trabalhadores terceirizados;

5. Regulação da “pejotização”, de forma a impedir a ocorrência de fraudes trabalhistas;
6. Proibição total das propagandas de apostas digitais (bets), equiparando suas restrições à legislação antitabagista;
7. Marco Regulatório da Inteligência Artificial, visando à proteção de categorias de trabalhadores afetados, à proteção da soberania nacional e ao estabelecimento de regras rígidas de bioética e cibersegurança;
8. Revisão da legislação sobre vale-refeição e vale-transporte, de forma a ampliar seu uso e minimizar os descontos salariais autorizados pelas empresas;
9. Fortalecimento dos mecanismos de asfixia financeira do crime organizado, com regras rígidas para a fiscalização de bancos e fintechs;
10. Extinção de todas as modalidades de emendas parlamentares secretas ou orçamentos paralelos do Poder Legislativo, reorientando os recursos para o planejamento público universal;
11. Fim de supersalários e penduricalhos para deputados, senadores e altas cúpulas dos poderes Executivo e Judiciário.

2. Nossa chance

Nossa geração vive a realidade da precarização do trabalho, do adoecimento mental massivo e do cerceamento do direito ao lazer e à cultura por uma lógica mercadológica de gestão do espaço público e do direito à cidade. Marcada pelos empregos de péssima remuneração, estágios fraudulentos e falta de perspectivas no início da vida profissional, somos coagidos a aceitar subempregos e a pagar preços abusivos para ter acesso à cultura e ao entretenimento nas cidades.

Não podemos ser tratados como mão de obra barata nem como meros consumidores a serem explorados pela ganância dos grandes capitalistas. É preciso combater a precarização, defender políticas públicas de promoção e cuidado da saúde mental, democratizar o acesso à cultura e garantir o consumo digno.

Não somos parte do problema; somos parte da solução que vai construir um mundo mais justo, digno e tolerante.

Imagine em Brasília:

12. Atualização da Lei do Estágio, proibindo o estágio não remunerado e assegurando direitos trabalhistas ao estagiário;
13. Projeto “Ingresso Justo”, regulamentando a cobrança de taxas em shows, espetáculos e eventos culturais, proibindo as cobranças abusivas, obrigando as empresas a ressarcir diretamente os consumidores pelo prejuízo e vedando a segmentação da meia-entrada;
14. Criminalização da prática de cambismo em shows, espetáculos e demais eventos culturais e regulamentação das vendas e revendas de ingressos por meio digital;
15. Ampliação da Rede CAPS Juventude no SUS, focada na saúde mental do jovem trabalhador e estudante, investimento em publicidade em ambiente digital para prevenção ao adoecimento mental e criação de mecanismos virtuais de atendimento;
16. Obrigatoriedade de psicólogos e assistentes sociais em escolas e universidades, capacitados para o atendimento em casos de bullying e outras formas de assédio, opressões de sexualidade e gênero, desenvolvimento de vício e dependências e outras formas de sofrimento psíquico e mental associadas ao ambiente digital.

3. Nada sobre nós sem nós

A desigualdade atinge todos os brasileiros, mas afeta sobremaneira uma parte da sociedade. Nossas ruas e lares são mais inseguros para as mulheres, as ofertas de emprego são menores e mais restritas para as pessoas LGBTI+, a polícia é ainda mais violenta com a população negra e nossas crianças e adolescentes são ainda mais suscetíveis ao assédio no meio digital.

Em vez de se dedicar a proteger ainda mais esses grupos, o bolsonarismo, aliado ao Centrão, passou anos promovendo discursos misóginos, LGBTIfóbicos, racistas e bloqueando todas as formas de regulação das redes sociais sob um discurso falacioso. Chegou a hora de mudar essa realidade. Nossos direitos já foram colocados de lado por tempo demais.

A discriminação estrutural e a violência motivada pelo ódio exigem respostas estatais transversais que garantam proteção física, acolhimento institucional e autonomia sobre o próprio corpo. Avançando na proteção e garantia de direitos humanos a essas pessoas, nossa sociedade se torna mais segura e justa para todos.

Chega de um Congresso que só fala em direitos humanos para atacá-los. Chega de só se defender. É hora de colocar nossas vidas na ordem do dia.

Imagine em Brasília:

17. Legalização do direito à união e adoção homoafetiva, com extensão de todos os direitos assegurados aos casais heterossexuais;
18. Garantia do direito à não discriminação de pessoas LGBTI+ no processo de doação de sangue, com responsabilização em caso de descumprimento;
19. Efetivação da criminalização da LGBTIfobia, com mecanismos de controle e fiscalização da lei;
20. Garantia do direito à retificação do nome e identidade de gênero por pessoas transexuais e travestis, de forma gratuita;
21. Protocolo de segurança em aplicativos de relacionamento, com adoção de ferramentas internas de verificação de identidade com preservação da privacidade, compartilhamento de localização como medida de segurança e botão de emergência integrado às forças de segurança;
22. Obrigatoriedade de implementação em âmbito nacional das Delegacias Especializadas em Crimes de Ódio e Intolerância (DECRADI) ou semelhantes nos municípios;
23. Capacitação de agentes de segurança pública, do sistema socioeducativo e servidores de educação, saúde e assistência social para o atendimento humanizado da população LGBTI+;
24. Facilitação do processo de quebra de patentes de medicamentos preventivos e profilaxias contra o HIV/Aids e outras ISTs;
25. Universalização da distribuição de PrEP e PEP por meio do SUS, garantindo seu fornecimento em todos os municípios;
26. Implementação de programas curriculares de educação para a diversidade sexual e de gênero no ensino básico e capacitação contínua nas universidades e institutos federais, visando ao combate aos crimes de ódio e intolerância e à prevenção da violência sexual;
27. Desmantelamento e criminalização de redes organizadas de incitação à LGBTIfobia, misoginia, racismo, xenofobia e discurso de ódio contra grupos vulneráveis, com previsão de aumento de pena, fortalecimento dos mecanismos de cooperação internacional para identificação dos criminosos e responsabilização das plataformas;

28. Legalização e regulamentação da cannabis para uso medicinal, por meio do estabelecimento de um marco legal para as associações, política de universalização do acesso ao tratamento via SUS e incentivos tributários para as medicações;
29. Legalização e regulamentação da maconha, como estratégia para enfraquecer o crime organizado, combater o superencarceramento e promover a redução de danos;
30. Regulação das redes sociais, responsabilizando as plataformas digitais pela promoção de discursos de ódio, incitação à violência e difusão de desinformação;
31. Criminalização da misoginia como crime de ódio de gênero, como medida essencial para proteger as mulheres e conter a epidemia de feminicídios;
32. Legalização do aborto como política de saúde pública e garantia de direitos, para proteger a vida e a saúde de meninas e mulheres, acompanhada de programas de prevenção à gravidez indesejada e enfrentamento à violência sexual;
33. Uso obrigatório de câmeras corporais de acionamento automático e gravação contínua para todos os agentes de segurança pública portadores de armas de fogo, garantindo transparência e proteção a policiais e cidadãos;
34. Combate ao racismo religioso e proteção às religiões de matriz africana, garantindo a defesa legal dos terreiros, a capacitação de servidores públicos e a promoção de programas educativos para a tolerância religiosa;
35. Tombamento e preservação de todos os locais usados para sequestro, tortura e assassinato pela ditadura militar, garantindo sua conversão em espaços de memória, verdade e museus;
36. Alteração obrigatória do nome de locais e prédios públicos que homenageiam agentes da ditadura militar, renomeando-os em homenagem a ativistas de direitos humanos e vítimas do regime.

4. A rua é nossa

As cidades brasileiras foram transformadas em mercadorias a serviço da especulação imobiliária, resultando na expulsão da classe trabalhadora para periferias desprovidas de infraestrutura, no encarecimento abusivo dos aluguéis nos centros urbanos e em sistemas

de transporte coletivo caros, sucateados e privatizados, quando não dominados pelo crime organizado.

A cidade deve pertencer a quem nela vive e trabalha, e não aos fundos imobiliários ou às concessionárias privadas de serviços públicos. O transporte público, a água, o saneamento e a moradia são direitos humanos inalienáveis e devem ser geridos sob controle social e lógica pública. A rua é nossa.

Imagine em Brasília:

37. Instituição do Programa Nacional de Tarifa Zero no transporte público municipal e intermunicipal;

38. Projeto “Aluguel Acessível”, fixando limites para reajustes e regulamentando plataformas de locação de curta temporada, de forma a evitar o aumento geral no valor dos aluguéis;

39. Criação de diretrizes federais para a reversão das privatizações e reestatização de serviços essenciais, como água, saneamento, energia, linhas de metrô e trens urbanos;

40. Tributação de grandes fundos imobiliários e imóveis ociosos mantidos para fins de especulação imobiliária;

41. Proibição da cobrança de qualquer taxa para utilização individual de parques, praças, praias ou outros espaços públicos, inclusive aqueles sob regime de concessão;

42. Plano de expansão da malha cicloviária nos municípios e ampliação do acesso a bicicletas, patinetes e outros meios de transporte sustentáveis.

5. Nosso futuro em comum

A crise climática global manifesta-se com extrema gravidade nas cidades e no campo, penalizando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, em especial as pessoas pobres e racializadas, por meio de secas, enchentes e ondas de calor. Esse cenário é agravado pela ação predatória do agronegócio, pelo desmatamento e pelo surgimento de novos vetores poluentes, como o consumo desenfreado de água e energia por grandes centros de dados (datacenters).

Temos compromisso irrestrito com a justiça climática. Combater o colapso ecológico exige enfrentar diretamente os interesses do agronegócio predatório, tributar os superpoluidores

e planejar as cidades para suportar os eventos extremos, garantindo um ambiente saudável para o presente e para o futuro.

Imagine em Brasília:

43. Reforma agrária ecológica para acabar com a desigualdade fundiária e garantir comida barata, sem veneno e de boa qualidade para toda a população;

44. Plano Nacional de Arborização Urbana, com a criação de regras e metas obrigatórias para restauração e ampliação da cobertura vegetal nos municípios;

45. Regulamentação de protocolos de segurança climática e fornecimento gratuito de água potável em shows, festivais e megaeventos;

46. Reforma Tributária Ecológica, com supertaxação de jatinhos, iates e grandes emissores de carbono;

47. Regulamentação da instalação e operação de datacenters no Brasil, garantindo a soberania e a segurança dos dados nacionais, a proteção da soberania energética e a mitigação dos impactos socioambientais;

48. Maior rigor e transparência na legislação sobre agrotóxicos, ampliando as restrições ao seu uso e garantindo a proteção da saúde pública e do meio ambiente;

49. Rigor e punição severa no combate ao desmatamento, aumentando as penas aos infratores e exigindo a recomposição e reparação integral da vegetação destruída;

50. Endurecimento das regras sobre o uso e manejo do fogo, com punições mais severas para queimadas criminosas e responsáveis por incêndios ambientais;

51. Revogação de todas as normas que fragilizam a proteção ambiental e adequação do Código Florestal às exigências e urgências da crise climática;

52. Plano Nacional de Adaptação Climática, com a adoção de metas de adaptação em repartições, espaços públicos, moradias populares e meios de transporte coletivo dos municípios;

53. Obrigatoriedade de compras da agricultura familiar agroecológica em órgãos e equipamentos mantidos pela União, com ampliação do percentual mínimo;

54. Aprovação do Marco Legal da Transição Energética, estabelecendo diretrizes para a descarbonização da economia e a expansão das energias renováveis;
55. Aumento das penas dos garimpeiros ilegais e financiadores, responsabilizando-os pela recuperação ambiental e pela reparação dos danos às populações atingidas;
56. Revisão do Marco Legal do Saneamento, para vedar a privatização dos serviços de água e saneamento e exigir a revisão dos processos em curso;
57. Instituição do Sistema Nacional de Atendimento Veterinário Público e do Programa Nacional de Castração, com financiamento garantido por fundo constituído por multas, TACs e compensações ambientais;
58. Elaboração da Política Nacional de Proteção Animal em Desastres, garantindo o resgate, abrigo e assistência à fauna doméstica e silvestre em eventos climáticos extremos;
59. Proibição de práticas cruéis e maus-tratos a animais na agropecuária, banindo métodos equivalentes à tortura nas etapas de criação, transporte e abate.

6. Acessar, permanecer e prosperar

As universidades e institutos federais são patrimônios estratégicos para a soberania, a ciência e o desenvolvimento nacional, mas sofrem constantemente com contingenciamentos orçamentários, precarização de suas estruturas e ataques político-ideológicos da extrema-direita.

A universidade pública deve ser gratuita, laica, de excelência e aberta ao povo. A democratização do acesso ao ensino superior deve ser acompanhada obrigatoriamente pelo fortalecimento das políticas de permanência estudantil, garantindo que o filho do trabalhador entre, permaneça e se forme.

Imagine em Brasília:

60. Consolidação e expansão da Lei de Cotas Raciais e Sociais, implementando a obrigatoriedade de cotas para pessoas com deficiência (PCD) e trans, além da universalização do vestibular indígena nas instituições federais;
61. Nacionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), garantindo verba própria para a construção de restaurantes universitários e moradias estudantis

próximas aos campi, bem como o pagamento de bolsas de permanência em quantidade suficiente e valor digno;

62. Constitucionalização da permanência estudantil como princípio indissociável das universidades;

63. Política Nacional de Empregabilidade Jovem, com a criação de incentivos para o jovem recém-egresso da universidade se inserir no mercado de trabalho de sua área de formação e ingressar em programas de pós-graduação.

64. Estabelecimento de uma política nacional de reajuste e valorização das bolsas de pesquisa de pós-graduação e ampliação da proteção trabalhista aos pesquisadores.

7. A gente quer comida, diversão e arte

A cultura foi eleita como uma das principais inimigas da extrema-direita nos últimos anos. E isso não é à toa. A cultura é a expressão da liberdade, da diversidade e da coletividade, tudo o que eles buscam atacar. A cultura dá sentido à nossa vida, justamente o que eles buscam exterminar.

Dessa maneira, quando não estão sendo atacados pelos conservadores, nossos meios de cultura estão sendo devorados pelas grandes corporações, que se aproveitam da desregulamentação do setor para diminuir ainda mais o espaço de produções nacionais, regionais ou independentes.

A cultura não pode ficar mais em segundo plano, porque ela é parte daquilo que nos torna vivos, felizes e saudáveis. Para a vida melhorar, também precisamos de diversão e arte.

Imagine em Brasília:

65. Regulamentação da cota de tela para o cinema nacional, com o estabelecimento de regras para os horários de exibição dos filmes, número de salas disponibilizadas, divulgação e diversificação dos títulos;

66. Garantia da meia-entrada como um direito, vedando práticas como o fracionamento ou segmentação;

67. Estabelecimento de incentivos para promoção do cinema, teatro, dança, artes plásticas, artes visuais e outras modalidades de cultura independente;

68. Regulamentação das plataformas de streaming, com fixação de alíquota justa, restrição a descontos e abatimentos por parte das plataformas e regulação da publicidade na contratação dos planos;

69. Imunidade tributária total sobre mídias físicas culturais, como discos de vinil, CDs e jogos em disco, igualando-se ao regime de livros, jornais e revistas;

70. Criação de incentivos para a preservação de cinemas, teatros e outros estabelecimentos culturais de rua.

8. Educar para transformar

O ensino básico no Brasil tem sido submetido a reformas regressivas que precarizam a formação dos estudantes, somadas a um processo de privatização velada por meio da substituição do trabalho docente por plataformas digitais e pela falta de valorização profissional dos educadores.

A educação pública é instrumento de emancipação humana e social. Estamos com os estudantes, os professores e trabalhadores da educação, defendendo o ensino presencial e crítico, a valorização das carreiras e a gestão democrática das escolas públicas, com a tecnologia a serviço da melhoria da qualidade e das condições de ensino, e não da sua precarização.

Imagine em Brasília:

71. Revogação total do Novo Ensino Médio (NEM) e construção de uma diretriz curricular cidadã, científica e interdisciplinar, com o emprego da tecnologia a serviço da melhoria das condições de ensino e estudo;

72. Criação da Política Nacional de Defesa da Docência, proibindo o uso de aplicativos e plataformas de inteligência artificial em substituição a materiais didáticos, aulas presenciais e ao trabalho direto dos professores;

73. Capacitação dos docentes e servidores para inclusão de conteúdos transversais voltados à prevenção de crimes de ódio e cibernéticos, bem como à promoção dos direitos humanos na rede básica de ensino;

74. Regulamentação nacional das funções, formações, atribuições, carreiras e financiamento dos profissionais da educação, com destaque para a educação especial, garantindo valorização, segurança jurídica e respeito a esses trabalhadores;
75. Inclusão de conteúdos transversais voltados à educação climática na rede básica de ensino;
76. Proibição da privatização ou terceirização na gestão de escolas públicas e obrigatoriedade de reversão dos processos concluídos ou em curso;
77. Obrigatoriedade da oferta, pelos estados, de atendimento psicossocial aos docentes, servidores e estudantes, bem como acompanhamento contínuo;
78. Estabelecimento de diretrizes para a retomada e valorização do brincar livre e da independência na infância e adolescência nas instituições de ensino, em detrimento do uso excessivo de smartphones, tablets e semelhantes.
79. Instituição da Política Nacional de Saúde Mental dos Profissionais da Educação, garantindo atendimento psicológico preventivo e prioritário pelo SUS, protocolos de acolhimento pós-agressão, licença para recuperação mental, prevenção ao *burnout* e enquadramento da violência escolar como problema de saúde pública;
80. Criação do Programa Nacional Escola Segura e do Observatório Nacional da Violência Escolar, com financiamento do FNDE para prevenção não militarizada, mediação de conflitos, equipes multiprofissionais nas escolas, formação continuada de docentes e registro unificado de casos e afastamentos;
81. Garantia de assistência jurídica, proteção institucional e campanhas de valorização dos profissionais da educação, assegurando apoio legal gratuito aos docentes vítimas de violência, mecanismos de proteção contra retaliações e campanhas nacionais de conscientização para combater a agressão e respeitar a autoridade pedagógica.

9. Brasil soberano, América nossa

O Brasil precisa superar a condição de mero exportador de matéria-prima e as políticas neoliberais de austeridade fiscal que paralisaram a capacidade de investimento do Estado.

As taxas de juros abusivas, que endividam a população, e os lucros astronômicos dos grandes bancos, que roubam parte da renda nacional, precisam ser enfrentados.

Com Trump no comando dos Estados Unidos, o mundo atravessa um momento de recrudescimento de guerras, genocídios televisionados e sanções econômicas que atingem populações civis indefesas. Somos radicalmente contra o militarismo imperialista, a intervenção estrangeira e qualquer forma de opressão colonial. Nós nos solidarizamos com o povo palestino, vítima do genocídio perpetrado por Netanyahu em Gaza, e com o povo cubano, que sofre com o bloqueio desumano de Trump.

Queremos um Brasil soberano, reindustrializado, próspero e com justiça social. Estamos com Lula e contra a ingerência de Trump em nosso país e na América Latina. Defendemos o controle estatal sobre nossos recursos naturais e áreas estratégicas para segurança e o desenvolvimento do país. Estamos pelo fim do arrocho fiscal que impede o crescimento qualificado do país. É preciso acabar de vez com o modelo neoliberal que sufoca o desenvolvimento do Brasil e piora a vida das pessoas.

Imagine em Brasília:

82. Tributação progressiva sobre os lucros extraordinários dos grandes bancos;
83. Fixação de teto legal para as taxas de juros do cartão de crédito rotativo e do cheque especial;
84. Revogação do Arcabouço Fiscal para liberação de investimentos públicos massivos em infraestrutura social, saúde e educação;
85. Estabelecimento do controle público e estatal sobre as reservas de terras raras, energia, minerais críticos e petróleo;
86. Reversão da privatização da Eletrobras e de ativos da Petrobras: retomada do controle público para assegurar a soberania energética e baratear a luz e os combustíveis;
87. Reversão da autonomização do Banco Central;
88. Plano Nacional de Reindustrialização focado em inovação tecnológica de ponta, soberania digital e transição ecológica verde;

89. Denúncia e fim de acordos militares, econômicos e institucionais com governos praticantes de genocídio e violações sistemáticas do direito internacional, com a ruptura de relações diplomáticas e econômicas do Brasil com o Estado de Israel;

90. Construção de frentes parlamentares de integração soberana da América Latina e do Sul Global focadas na paz, no desenvolvimento compartilhado e na justiça climática;

91. Endosso às resoluções aprovadas na ONU pelo fim imediato do bloqueio a Cuba.